

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco) em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.

Banco múltiplo, especializado na concessão de créditos e serviços para empresas de médio porte, sendo reconhecido pelo conhecimento e atuação no setor de Mobilidade Urbana, em conjunto com o desenvolvimento de sua carteira de comércio exterior e outros produtos para empresas do *middle market*.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco em 31 de dezembro de 2025 estava distribuída em RC Participações S.A. (41,0269%), Amorim Aliança B.V. (32,8184%), K2CR Holding Financeira S.A. (24,6151%) e Lusopar S.A. (1,5396%).

RESULTADOS

Ativos e Carteira de Crédito

O saldo de Ativos em 31 de dezembro de 2025 foi R\$ 3,8 bilhões, tendo como principal componente a Carteira de Crédito, que atingiu R\$ 3,2 bilhões, 10,3% acima do encerramento de 2024. Desse montante, R\$ 2,2 bilhões, equivalente a 69,2% da carteira, são provenientes do segmento de Mobilidade Urbana e R\$ 1,0 bilhão, equivalente a 30,7%, do *middle market*.

Lucro Líquido (LL)

O resultado de 2025 foi R\$ 50,0 milhões, 9,4% maior que o do ano de 2024. Em comparação com o orçamento, o Lucro Líquido ficou 35,9% acima do planejado. Essa variação teve como principal responsável o desempenho positivo da margem financeira do Banco.

Captação

Suprimos a necessidade de recursos demandados para as operações de crédito fundamentalmente por meio de nossas captações de recursos junto às distribuidoras parceiras, cliente e sócios. Em dezembro de 2025 alcançamos R\$ 3,2 bilhões captados (92,6% em CDB; 7,0% em LF; 0,3% em DPG& e 0,1% em LC), em linha com o encerramento de 2024.

Índice de Eficiência Operacional (IEO)

O IEO atingiu 37,3% em 2025, um aumento de 1,3 p.p. quando comparado a 2024. Este crescimento se deu, em virtude da mudança de metodologia, na implantação da Resolução nº 4.966/21 do CMN, onde as tarifas cobradas na concessão de créditos, passaram a ser diferenciadas pelo prazo da operação, diminuindo com isso a base comparativa entre os anos. O IEO é um indicador gerencial que mede o quanto somos eficientes na gestão dos custos e despesas para mantermos a operação do Banco.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido do Banco apresentou um aumento de 3,6% em comparação ao fim de 2024, chegando a R\$ 321,5 milhões, já incorporando os impactos da redução de R\$ 27,6 milhões em janeiro do provisionamento adicional de PCLD (atendimento à Resolução nº 4.966/21 do CMN) e aumento de capital de R\$ 15,7 milhões com o reinvestimento dos juros sobre capital próprio distribuídos em 2024. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) em 2025 foi de 15,8%, um aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior.

Índice de Basiléia (IB) Ampla

O BACEN determina às instituições financeiras manterem um Patrimônio de Referência (PR) superior ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.958/21 do CMN, a exigência de IB amplo é 10,5%. Encerramos o exercício de 2025 com o IB amplo de 16,17%, sendo 1,3 p.p. maior que o encerramento de 2024 (14,83%).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Tecnologia

Em 2025, a área de Tecnologia direcionou seus investimentos para a evolução da infraestrutura, modernização de sistemas e implementação de novos produtos, fortalecendo a eficiência operacional e assegurando o atendimento às exigências regulatórias. Também houve avanço no monitoramento proativo com o reforço das operações de NOC (foco na disponibilidade e performance da infraestrutura) e SOC (foco na proteção de dados e segurança cibernética), ampliando a disponibilidade e a resiliência dos serviços. Adicionalmente, foi conduzido um trabalho estruturado de mapeamento de oportunidades para adoção de tecnologias de Inteligência Artificial, com foco na automação e otimização de processos críticos, visando ganhos sustentáveis de eficiência operacional.

Risco de Crédito

O Banco tem implantada estrutura de gerenciamento de riscos de crédito em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. A gestão do risco de crédito é fundamental para assegurar a rentabilidade e o crescimento das atividades do Banco, pois é o principal risco inerente ao modelo de negócio da instituição. O Banco desenvolveu um modelo de *rating* próprio e possui estrutura própria e governança dedicada ao processo do crédito. A aprovação de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até ao limite de sua alçada. Acima deste montante, as operações são submetidas a aprovação do Conselho de Administração. A gestão operacional do crédito é de responsabilidade da área de crédito, englobando a sua análise e aceitação. A área de operações fica responsável pelo registro das operações e formalização das garantias nos termos aprovados de cada operação. A área de gestão de riscos é responsável pelo controle do risco global da carteira de crédito, monitorando os limites estabelecidos de concentração de crédito e os impactos de cenários de estresse através de indicadores gerenciais e relatórios apresentados mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos para análise e discussão.

Risco de Mercado

O Banco monitora o descasamento e a exposição ao risco de mercado de suas carteiras através da análise de sensibilidade da margem financeira líquida ("NII), do cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico, da análise de sensibilidade à choqe paralelo de juros (DIV01) e do valor econômico do *equity* ("EVE"). A área de gestão de riscos é responsável pelo monitoramento dos riscos de mercado, observando os limites máximos estabelecidos pela sua política. Os indicadores são apresentados mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos para análise e discussão.

Risco de Liquidez

O Banco possui um modelo próprio de cálculo do caixa mínimo e, ao longo do ano de 2025, trabalhou com níveis de liquidez superiores a este mínimo. A administração da liquidez é feita pela Tesouraria e o monitoramento do risco de liquidez é assegurado pela área de gestão de riscos, cabendo ao Comitê de Gestão de Riscos a definição da estratégia e a aprovação dos limites julgados adequados.

Risco Operacional

O gerenciamento e monitoramento dos riscos operacionais está organizado em diferentes linhas sucessivas de atuação, começando pela gestão de cada área, passando pela Área de Controles Internos, pela Área de Gestão de Riscos e por último, pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Gestão de Capital

O Banco tem implantada uma estrutura de gerenciamento de capital, em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. O processo de gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico através de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para

fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade.

O Conselho de Administração é o responsável por aprovar anualmente o Plano de Capital elaborado dentro do escopo de seu processo de planejamento estratégico e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e de negócios em que o Banco atua. A área de Planejamento e Controle Financeiro é responsável por elaborar o planejamento estratégico de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Cabe à área de gestão de riscos e de capital, a responsabilidade pelo monitoramento da adequação do capital, a preparação de análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital e impacto de cenários de estresse. Estas informações são apresentadas mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos e de capital para análise e discussão.

Risco Socioambiental Climático

O Banco entende que a responsabilidade socioambiental permeia a sua atuação e seu relacionamento com a sociedade, acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes, sendo exercida por todas as áreas da instituição. A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) leva em consideração os princípios e valores que norteiam suas atividades, observando a sua relevância e proporcionalidade e está alinhada com os enunciados corporativos do código de ética e conduta profissional e das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT).

O Banco reafirma o seu compromisso com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico através da sua marcante presença no mercado de crédito, com destaque ao financiamento da Mobilidade Urbana e de novas tecnologias relacionadas ao processo de transição para uma economia de baixa emissão de carbono (eletrificação). O Banco também investe na inclusão social por meio de iniciativas e programas relacionados à educação, saúde, esportes e cultura, bem como incentiva o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

O Banco possui uma política interna rígida para a PLD/FT. A área de PLD/Controles Internos foi formalmente institucionalizada para realizar todo o processo de "Conheça seu Cliente (KYC)", "Conheça seu Parceiro (KYP)", "Conheça seu Fornecedor e Prestador de Serviço (KYS)" e "Conheça seu Funcionário (KYE)", monitorar transações e tratar eventuais situações que apresentem atipicidades envolvendo as movimentações realizadas por clientes e colaboradores no Banco, além de tratar situações regulatórias como as comunicações obrigatórias ao Coaf e ainda, outras situações que apresentem riscos relacionados aos crimes dessa natureza, como operações de câmbio, apontamentos em listas de restrições e/ou sancionadoras, nacionais e internacionais (CSNU, EU, OFAC etc.) entre outras, conforme indicado na regulamentação vigente (atualmente a Circular nº 3.978/20 do BACEN). O Banco conta com um comitê de PLD/FT atuante, que envolve diretamente à Diretoria Executiva.

Desta forma o Banco Luso Brasileiro S/A busca através de suas políticas, procedimentos e controles internos, a prevenção da sua utilização em práticas relacionadas a "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, tratados na Lei nº 9.613, de março/1998 e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de março/2016.

Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes

O Banco manteve e aprimorou seu conjunto de políticas de segurança da informação e cibernética, alinhado às melhores práticas do mercado e às diretrizes da ISO 27002. Em 2025, foram intensificados os investimentos em ferramentas de proteção, automação de controles, monitoração contínua e ações de conscientização. Paralelamente, houve o fortalecimento dos processos de prevenção, detecção e resposta a fraudes, com a evolução de regras, mecanismos transacionais, critérios de bloqueio e integração com equipes especializadas, conforme previsto em políticas e normas internas de Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes. Essas iniciativas consolidam o compromisso da instituição com a proteção de dados, a conformidade regulatória e a integridade das operações.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira.....		353.906	701.362	701.362
Rendas de Operações de Crédito.....	7.f	302.927	594.549	
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5.a	45.805	91.893	
Resultado de Operações com				
Títulos e Valores Mobiliários.....	6.a	2.463	2.975	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.....	10.a	(9.728)	5.151	
Rendas de Outras Operações com				
Características de Concessão de Crédito.....	8.f	12.439	6.794	
Despesas da Intermediação Financeira.....		(274.809)	(545.648)	
Operações de Captação no Mercado	16.c	(249.489)	(504.598)	
Operações de Empréstimos e Repasses.....	18.a	(3.379)	3.598	
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	11.c	(21.941)	(44.648)	
Resultado da Intermediação Financeira.....		79.097	155.714	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		(56.493)	(97.710)	
Receitas de Prestação de Serviços.....	24	990	3.451	
Despesas de Pessoal.....	25	(30.433)	(60.641)	
Outras Despesas Administrativas.....	26	(18.724)	(35.788)	
Despesas Tributárias.....	27	(5.972)	(11.592)	
Despesas com Provisões.....	28	(1.201)	(1.410)	
Outras Receitas Operacionais.....	29	1.273	12.347	
Outras Despesas Operacionais.....	30	(2.426)	(4.077)	
Resultado Operacional.....		22.604	58.004	
Resultado não Operacional.....		31	(1.529)	8.435
Resultado antes da Tributação.....		21.075	66.439	
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	21	3.944	(16.408)	
Imposto de Renda.....		1.906	(6.568)	
Contribuição Social.....		1.206	(5.749)	
Impostos Diferidos.....		832	(4.091)	
Lucro Líquido.....		25.019	50.031	
Quantidade de Ações.....		15.364.847	15.364.847	
Lucro Líquido por Ação - R\$ 1,00.....		1,63	3,26	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido.....	25.019	50.031
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
Total dos Resultados Abrangentes.....	25.019	50.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

c) Instrumentos Financeiros: A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco estão descritas a seguir: **i) Reconhecimento Inicial: Data de reconhecimento:** Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operações de crédito, operações com características de concessão de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação. As operações de crédito e operações com características de concessão de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito. Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco. **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros:** A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos. Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados, ou subtraídos, desse valor. **ii) Avaliação do Modelo de Negócio:** O Banco classifica seus ativos financeiros com base nos modelos de negócios utilizados no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados: **• Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **• Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. **• Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. **iii) Teste de SPJJ (Somente Pagamento de Principal e Juros):** As classificações de ativos financeiros dependem de: **•** Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; **•** **•** As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPJJ). Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Teste SPJJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPJJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contrapre-

Política de Equidade de Gênero

O Banco promove a equidade de gênero em alinhamento às políticas públicas de diversidade, com ações voltadas ao desenvolvimento da equipe sobre o tema e a redução de desigualdades. Ao fim de 2025, as mulheres representavam 43% do quadro de funcionários. A composição racial indicava que 89% dos empregados eram pessoas não negras e 11% eram pessoas negras, considerando mulheres e homens. As iniciativas atualmente em implementação visam consolidar um ambiente mais inclusivo, reforçando o compromisso contínuo do Banco com a diversidade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna se reporta diretamente ao Conselho de Administração do Banco. A comunicação de resultados à alta administração é documentada em relatórios periódicos, correios eletrônicos e reuniões presenciais.

Código de Ética e Norma de Conduta

O Banco zela pelo alto padrão de conduta de seus colaboradores, com o intuito de mitigar práticas abusivas e adaptar sua conduta segundo a evolução e as exigências do setor financeiro. O Banco reconhece a importância da adoção de rigorosos princípios éticos na condução dos seus negócios, nos diversos mercados em que atua. Para tanto, divulga o Código de Ética a todos os colaboradores, para que tenham clareza na forma de proceder segundo os padrões de boa conduta da instituição.

PERSPECTIVAS

O Banco segue evoluindo seu modelo de negócios com foco em crescimento sustentável, preservando o equilíbrio entre risco e retorno e uma estrutura sólida de capital e liquidez. A recente elevação do rating para BBB+ pela Moody's reforça a efetividade dessa estratégia, evidenciando o avanço contínuo na mitigação de riscos institucionais e no fortalecimento da confiança das agências de classificação. As metas para 2026 serão alcançadas com base nos seguintes pilares estratégicos: Negócios Gerando Resultados com Qualidade, direcionando iniciativas para a criação de valor com ética e boa gestão de riscos; Eficiência e Nome do Jogo, ampliando produtividade e agilidade para operações rentáveis e sustentáveis; e IA & Dados Pautando as Decisões, fortalecendo o uso de dados e inteligência artificial para aumentar precisão, transparência e velocidade na tomada de decisão. A captação de recursos continuará sendo um fator importante para o desenvolvimento da atividade do Banco, mantendo-se em curso iniciativas que visam o crescimento da base, à diversificação das fontes de financiamento e consequente redução dos custos. Será mantida uma postura de capital conservadora, permanecendo pouco avançado nas operações ativas, sem tomar posições de risco na tesouraria, focando na manutenção da liquidez e assegurando níveis de rentabilidade adequados. Nossa eficiente gestão de custos continuará sendo um pilar de crescimento do Banco. Em 2026 estamos investindo em ações e projetos voltados à otimização de processos internos e consequente redução no custo de servir, sem perder a qualidade de atendimento aos nossos clientes. Por fim, buscamos aprimorar as competências essenciais de nossos colaboradores, por meio de uma cultura organizacional pautada pela ética, transparência e respeito ao próximo, com objetivo de tornar viável nossa estratégia corporativa.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras do Banco são auditadas pela EY Auditores Independentes. A política adotada para prestação dos serviços atende aos requisitos aplicáveis de independência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores que se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos e engajamento na aplicação das orientações estratégicas ao longo de 2026.

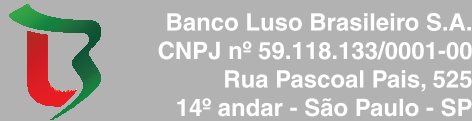
São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Notas	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado.....		39.240	107.130
Lucro Líquido.....		25.019	50.031
Ajustes ao Lucro Líquido.....		14.221	57.099
Despesas de Depreciação e Amortização.....	26	1.928	3.680
Provisões para Perdas Esperadas			
Associadas ao Risco de Crédito.....	11.c	21.941	44.648
Provisões Passivas			
não Associadas ao Risco de Crédito.....	20	1.162	1.152
Resultado na Alienação de Outros Ativos.....	31	(5.701)	(4.784)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente.....	21.b	(3.112)	12.317
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido.....	21.b	(832)	4.091
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29	(1.165)	(4.005)
Variação de Ativos e Passivos.....		(174.905)	44.686
(Aumento) Redução Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(3.054)	(28.037)
(Aumento) Redução Títulos e Valores Mobiliários.....		(22.460)	(33.260)
(Aumento) Redução Operações de Crédito.....		(178.633)	(126.237)
(Aumento) Redução Operações com Características de Concessão de Crédito.....		(4.252)	(4.890)
(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros.....		223.826	131.892
(Aumento) Redução			
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....		5	(72)
(Aumento) Redução Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		(111)	22.369
(Aumento) Redução			
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos.....		(26.917)	(74.042)
(Aumento) Redução Outros Ativos.....		27.078	35.408
Aumento (Redução) Depósitos.....		(178.614)	120.912
Aumento (Redução) Outros Instrumentos de Dívida.....		(8.107)	17.989
(Aumento) Redução Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		(31.570)	(27.555)
Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros.....		(8.496)	(10.103)
Aumento (Redução) Instrumentos Financeiros e Derivativos.....		9.722	(5.080)
Aumento (Redução) Provisões.....		(32)	(1.054)
Aumento (Redução) Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas.....		2.664	(8.786)
Aumento (Redução) Outros Passivos.....		3.686	3.944
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		20.460	31.288
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades Operacionais.....		(135.665)	151.816
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....		(100)	(1.298)
Aplicação/Reversão do Intangível.....		117	(2.365)
Alienação de Imobilizado de Uso.....		4	4
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....		21	(3.659)
Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital.....	23.a	-	15.725
Pagamento do Juros sobre Capital Próprio.....		-	(15.493)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....		-	242
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa.....		1.165	4.005
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(134.479)	152.404
Início do Período.....		580.320	293.437
Final do Período.....	4	445.841	445.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

tação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. **iv) Hierarquia do Valor Justo:** Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata. **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período. **v) Baixa de Instrumentos Financeiros:** Os ativos financeiros são baixados



Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito: O ativo financeiro é caracterizado como “ativo problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Enquanto um ativo financeiro estiver classificado como “ativo problemático”, não são reconhecidas receitas de qualquer natureza que não tiverem sido efetivamente recebidas (*stop accrual*). Operações reestruturadas tratam-se de renegociações que impliquem a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático somente em caso de haver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas ou cumprir, por os critérios de cura definidos em política. Para fins de critérios de “cura”, o Banco considera as seguintes premissas: • Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; • A contraparte realizar pagamentos consecutivos de principal e encargos por um período de 3 meses ou amortização de 30% do saldo devedor do contrato que originou a marcação de ativo problemático. Independente da periodicidade de amortização; • Poderá ocorrer por revisão e análise individual da área de crédito, se identificar e comprovar que não existe risco significativo de inadimplência; • Quando a marcação foi decorrente de medidas judiciais, poderá ocorrer se a medida for revertida em favor do Banco; • Para casos de falências, não há “cura”. As operações serão baixadas para prejuízo após avaliação de que o ativo não possui expectativa razoável de recuperação e, quando a perda incorrida alcançar 100%.

d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito: O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros: • Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; • Títulos e Valores Mobiliários; • Operações de Crédito; • Operações com Características de Concessão de Crédito; • Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar; e • Garantias Financeiras Prestadas. O Banco integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados de acordo com as respectivas garantias atreladas e os períodos de atraso das operações. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Banco deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Carteira	Garantia
C1	Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
C2	Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.819/20 do CMN.
C3	Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos nas carteiras C1 e C2.
C4	Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
C5	Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido na carteira C4, crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteira C1 a C4.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

• **Ativos Financeiros não Problemáticos:** referem-se aos ativos financeiros não caracterizados como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II da Resolução BCB nº 352/23.

• **Ativos Financeiros Problemáticos não Inadimplidos:** referem-se aos ativos financeiros caracterizados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no item II do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23.

• **Ativos Financeiros Inadimplidos:** referem-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal ou juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados no item III do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, limites concedidos não utilizados e outros ativos financeiros sem características de concessão de crédito, o Banco utiliza metodologia interna para apurar a provisão de perdas esperadas para esses ativos. O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros: • **Probabilidade de Descumprimento – PD (Probability of Default); • Taxa de Recuperação – LGD (Loss Given Default); • Exposição em caso de Descumprimento – EAD (Exposure at Default).**

e) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compostos por: i) Operações de câmbio pronto; e ii) Operações de *swaps* de juros destinados exclusivamente ao *hedge* das exposições de passivos. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados ao valor justo de acordo com a Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como *hedge* são classificados como *hedge* de valor justo e destinados a compensar a variação do valor justo de mercado do objeto de *hedge*. A sua correspondente valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. A composição dos instrumentos financeiros derivativos está divulgada na Nota 10.

f) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira: Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda: São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável.

h) Despesas Antecipadas: São desembolsos relativos a aplicações de recursos, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo apropriados ao resultado no período da geração dos benefícios ou prestação de serviços.

i) Demais Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo: São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso: Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

k) Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment): A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo) e Créditos Tributários: As provisões para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando devidas, são calculadas a partir do lucro ou prejuízo contábil, ajustados pelas adi-

ções e exclusões de caráter permanente e temporário. O IRPJ é calculado considerando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 mil ao ano e a CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%. Os ativos diferidos de IRPJ e CSLL são calculados, sobre as adições e exclusões temporárias, e sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (quando ocorrerem), considerando as alíquotas aplicáveis no momento da sua realização. Os ativos diferidos constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL.

n) Depósitos e Captações no Mercado Aberto: As captações de recursos prefixadas, são demonstradas ao valor futuro, deduzidas as rendas a apropriar, que são apropriadas no decorrer dos prazos contratuais das operações. As captações pós-fixadas, são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses: As obrigações por empréstimos e repasses no país e no exterior são registradas pelo valor do principal acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço.

p) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo os seguintes critérios:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Passivos Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos Advogados internos e externos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Advogados internos e externos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

q) Receitas e Despesas: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro-rata-die*”. As receitas e despesas são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior e de títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear.

	31/12/2025
Caixa	221
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	8.461
Aplicações em Operações Compromissadas	437.159
Total	445.841

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	437.159	-	437.159
Notas do Tesouro Nacional - NTN	437.159	-	437.159

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	32.082	55.692	87.774
Total	469.241	55.692	524.933
(a) Não Circulante - Vencimento em 05/07/20233.			
a) Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	
Operações Compromissadas	33.923	66.812	
Depósitos Interfinanceiros	11.882	25.081	
Total	45.805	91.893	

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Livres	271	20.105	20.376
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a) (c)	271	20.105	20.376
Vinculados à Prestação de Garantias	-	19.972	19.972
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b) (c)	-	19.972	19.972
Total	271	40.077	40.348

- (a) Não Circulante - R\$ 5.426 vencimento em 01/09/2027 e R\$ 14.679 vencimento em 01/09/2028.
- (b) Vencimento em 01/09/2028.
- (c) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Ôbitadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

	01/07 a 31/12/2025		
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.463	2.975	
Total	2.463	2.975	

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	31/12/2025					
	Carteira					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Pessoa Física						
Operações Normais						
Crédito Pessoal	5.773	8	42.152	-	74	48.007
Financiamentos Imobiliários	856	49	-	-	-	905
Operações Renegociadas						
Crédito Pessoal	-	-	2.983	-	-	2.983
Financiamentos Imobiliários	2.037	-	280	-	-	2.317
Total	8.666	57	45.415	-	74	54.212
Pessoa Jurídica						
Operações Normais						
Adiantamentos a Depositantes	-	-	-	-	6.530	6.530
Conta Garantida	2.019	-	36.632	-	-	38.651
Capital de Giro	269.586	120.689	1.063.133	3.242	-	1.456.650
CDC	-	1.272.485	-	-	-	1.272.485
Financiamentos à Exportação	-	6.996	66.236	-	-	73.232
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	-	-	2.307	-	-	2.307
Operações Renegociadas						
Capital de Giro	-	121	7.433	4.227	-	11.781
CDC	-	24.273	-	-	-	24.273
Financiamentos à Exportação	-	-	7.212	-	-	7.212
Operações Reestruturadas						
Capital de Giro	-	1.154	3.057	6.871	-	11.082
Financiamentos à Exportação	-	9.347	7.328	-	-	16.675
Total	271.605	1.435.065	1.193.338	14.340	6.530	2.920.878
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

b) As operações de crédito estão classificadas de acordo com as carteiras, ativos problemáticos e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vincendas e parcelas em atraso inferior a 90 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 90 dias), conforme a seguir:			
Posição em 31/12/2025			
Classificação por Nível de Risco	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas	
Ativos não Problemáticos	2.843.675	57.669	
C1	257.297	3.917	
C2	1.397.133	27.457	
C3	1.182.645	26.169	
C4	-	-	
C5	6.600	126	
Ativos Problemáticos não Inadimplidos	56.904	27.414	
C1	-	-	
C2	28.219	9.990	
C3	17.842	8.689	
C4	10.843	8.735	
C5	-	-	
Ativos Problemáticos Inadimplidos	74.511	49.130	
C1	22.974	7.337	
C2	9.770	6.088	
C3	38.266	33.197	
C4	3.497	2.505	
C5	4	3	
Total	2.975.090	134.213	

	31/12/2025					
	Carteira					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	274	4.786	4.760	-	-	9.820
A vencer até 3 meses	28.832	129.948	216.485	-	6.547	381.812
A vencer até 12 meses	78.531	337.646	423.442	-	37	839.656
A vencer até 3 anos	120.961	683.037	419.660	-	16	1.223.674
A vencer até 5 anos	22.932	197.785	113.449	-	-	334.166
A vencer até 15 anos	6.361	45.406	6.652	-	-	58.419
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	747	1.301	-	-	2.048
A vencer até 3 meses	-	1.251	2.071	85	-	3.407
A vencer até 12 meses	-	5.529	5.593	579	-	11.701
A vencer até 3 anos	-	16.197	5.854	2.375	-	24.426
A vencer até 5 anos	-	4.554	3.129	930	-	8.613
A vencer até 15 anos	-	-	-	3.647	-	3.647
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	3.227	-	3.227
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	6.872	3.018	26.913	314	4	37.121
A vencer até 3 meses	3.032	641	3.556	115	-	7.344
A vencer até 12 meses	6.071	1.589	5.400	229	-	13.289
A vencer até 3 anos	6.997	3.480	2.342	730	-	13.549
A vencer até 5 anos	2	1.052	57	888	-	1.999
A vencer até 15 anos	-	-	-	1.221	-	1.221
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	-	-	-
Total	280.865	1.436.666	1.240.664	14.340	6.604	2.979.139
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(594)	(1.544)	(1.911)	-	-	(4.049)
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

	31/12/2025
Transporte	2.170.555
Indústria	219.333
Comércio	150.726
Pessoas Físicas	50.990
Agricultura/Pecuária	14.696
Financiamentos Imobiliários	3.222
Outros Serviços	365.568
Total	2.975.090

	31/12/2025
10 Maiores Devedores	625.398
50 Seguintes Maiores Devedores	1.105.877
100 Seguintes Maiores Devedores	799.452
Demais Devedores	444.363
Total	2.975.090

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
f) Rendas de Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	89	91
Empréstimos	160.773	305.020
Financiamentos	141.489	271.943
Financiamentos à Exportação	11.420	20.587
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	174	(101)
Financiamentos Imobiliários	266	568
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	747	8.593
Descontos Concedidos em Renegociações	(12.031)	(12.152)
Total	302.927	594.549

	31/12/2025					
	Carteira					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Pessoa Física						
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	227	-	-	-	-	227
Total	227	-	-	-	-	227
Pessoa Jurídica						
Adiantamentos de Contrato de Câmbio	-	37.922	27.875	-	-	65.797
Nota Comercial	10.071	11.466	50.645	-	-	72.182
Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	9.169	-	-	-	-	9.169
Títulos e Créditos a Receber	-	-	22.158	-	311	22.469
Total	19.240	49.388	100.678	-	311	169.617
TOTAL	19.467	49.388	100.678	-	311	169.844

b) As operações com características de concessão de crédito estão classificadas de acordo com as carteiras, ativos problemáticos e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vincendas e parcelas em atraso inferior a 90 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 90 dias), conforme a seguir:

Posição em 31/12/2025		
Classificação por	Saldo da	Provisão para
Nível de Risco	Carteira	Perdas Esperadas
Ativos não Problemáticos.....	128.994	2.657
C1.....	19.467	311
C2.....	31.475	485
C3.....	78.052	1.861
C4.....	-	-
C5.....	-	-
Ativos Problemáticos		
não Inadimplidos.....	468	228
C1.....	-	-
C2.....	-	-
C3.....	468	228
C4.....	-	-
C5.....	-	-
Ativos Problemáticos		
Inadimplidos.....	40.382	25.478
C1.....	-	-
C2.....	17.913	6.592
C3.....	22.158	18.646
C4.....	-	-
C5.....	-	-
C6.....	311	240
Total.....	169.844	28.363

</



Rogério Werneck

A conta de Haddad

Como explicar o inexplicável? Na contramão do que anunciaram de início todos os presidentes da República, desde 1999, Lula da Silva decidiu que, neste mandato, se permitiria desatrelar a política fiscal de qualquer preocupação com a contenção da dívida pública. Agora, a 11 meses do final da festa, o ministro Fernando Haddad vem se contorcendo para encontrar o que dizer sobre o legado fiscal do Lula 3: um salto no endividamento público de mais de 12% do Produto Interno Bruto (PIB).

No aperto, o ministro alegou que tal salto não advém de déficits primários, mas dos juros incidentes sobre a dívida pública. Algo que a Fazenda deixou mais do que claro que não faria. Que se ateria ao mero anúncio de metas anuais – jamais cumpridas – de “déficit primário quase zero”. Com isso, a conta de juros passou a ser integralmente capitalizada no estoque da dívida. E o endividamento entrou em trajetória explosiva.

O descontrole de gastos inviabilizou a geração de superávits primários. Lula achou mais importante, por exemplo, voltar a superindexar a colossal folha de benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo. Ou restabele-

cer de chofre as exigências constitucionais de vinculação de gastos em educação e saúde à receita, que tinham sido suspensas pela emenda constitucional do teto de gastos. E, mesmo com elevação substancial de carga tributária, não se dignou a gerar sequer um mísero real de superávit primário em quatro anos.

O que Haddad vem tentando encobrir, a todo custo, é que a explosão do endividamento público é, de fato, simples decorrência do excesso de gastos primários. É a conta da farra fiscal do Lula 3.

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça

TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente)

QUA. Fábio Alves

QUI. Alvaro Gribel

SEX. Elena Landau

SAB. Fabio Gallo

DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Mercado de trabalho Caged

País tem em 2025 pior saldo de vagas desde a pandemia

.....
FLÁVIA SAID
BRASÍLIA
.....

O mercado de trabalho brasileiro registrou a abertura líquida de 1.279.498 vagas com carteira assinada em 2025. Foi o pior saldo de empregos formais regis-

trado no País desde 2020, ano do início da série histórica atual, quando houve o fechamento de 189.393 postos de trabalho. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o tarifago aplicado pelos EUA a produtos brasileiros impactou menos do que os juros no resultado do Caged do ano passado. “Não estamos negando que o tarifago afetou alguns segmentos. Isso aconteceu. Mas, do ponto de vista global, acho que o efeito dos juros é mais danoso.”

O resultado de 2025 decorreu de um total de 26.599.777 admissões e 25.320.279 demissões. Com isso, o total de pessoas empregadas com carteira assinada

(celetistas) no País passou de 47.194.850 para 48.474.348.

O saldo do ano ficou abaixo da mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, de abertura líquida de 1,4 milhão de postos em 2025. As expectativas variavam de 1.315.146 a 1.895.130.

PIOR DEZEMBRO. Em dezembro, segundo o Caged, houve o fechamento de 618.164 postos de trabalho, recuo mensal de -1,26%, o que é considerado compatível com o padrão histórico do Novo

Caged, cuja média do mês em 2023 e 2024 foi de -1,07%. Mesmo assim, foi o pior dezembro desde a pandemia, em 2020.

A despeito da volatilidade na série mensal do Caged, o emprego formal segue em trajetória de expansão no País, na avaliação do economista da XP Investimentos Rodolfo Margato. “O ritmo médio de criação de vagas desacelerou de cerca de 135 mil no primeiro semestre de 2025 para 80 mil no segundo, em linha com a desaceleração gradual da atividade doméstica.”